georreferenciamento realizado pelo Estado, o que garante que o título de propriedade dos requerentes não se encontra sobreposto a nenhum título emitido pelo Estado, gozando a propriedade de presunção absoluta de existência e de veracidade quanto ao conteúdo registrado na matrícula, a quantidade de área e sua localização. O déficit de área, irregularidade, existente na matrícula n.º 27.743, não foi repassada para as matrículas de propriedade das requerentes, pois após o georreferenciamento, foi confirmado a existência dos mais de três mil hectares adquiridos. Além da existência da área, comprovada pelo Georreferenciamento, a área é produtiva e completamente utilizada para pecuária, com a existência de extensas pastagens, currais e gado, sendo as matrículas das requerentes válidas, pois não houve a promoção para declarar a invalidade do registro, nos termos do art. 1.245, § 2º do Código Civil. O bloqueio total da matrícula fere o direito de propriedade das requerentes, que por este motivo não podem dispor da coisa. Ademais o referido bloqueio, como já salientado, é ilegal, já que o vício pertence à matrícula n.º 27.743, as requerentes são adquirentes de boa-fé, e a posse da área remonta dos idos de 1.989, ou seja, há mais de vinte anos, já transcorrido o prazo máximo para a prescrição aquisitiva, que de acordo com o Código Civil de 1.916, artigo 550, é de 20 (vinte) anos, diploma aplicável a espécie, em razão das regras de direito intertemporal existentes no Novo Código Civil. A Lei de Registros Públicos quanto ao assunto, dispõe no § 5º do Art. 214 que A nulidade não será decretada se atingir terceiro de boa-fé que já tiver preenchido as condições de usucapião do imóvel. Assim, o bloqueio administrativo não pode se sustentar, pois além de já se ter comprovado documentalmente que a área de fato existe, não existe a possibilidade de ser declarada qualquer nulidade nas matrículas das requerentes, pois pelo desmembramento da área a soma das posses ininterruptas no local, já foi ultrapassado o prazo da prescrição aquisitiva. Diante de todo o exposto, os requerentes requerem o julgamento procedente dos pedidos, declarando a veracidade dos conteúdos das matrículas de propriedade das requerentes, n.º 34.195 e 34.196, quanto a validade do registro e a quantidade de área existente, determinando a baixa nos bloqueios realizados, já que o vício existente é na matrícula 27.743, e não nas matrículas adquiridas pelas requerentes, sendo estas terceiros de boa-fé, que já preencheram as condições de usucapião do imóvel.

DESPACHO: Vistos. 1. Como é cediço, nas ações em que existe pretensão de aquisição de propriedade por meio de usucapião mister se faz a intimação das Fazenda Públicas. 2. Nesse sentido, aliás, já decidiu o E. Tribunal de Justiça: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE USUCAPIÃO-IMPROCEDÊNCIA-DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 943 DO CPC-AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DAS FAZENDAS PÚBLICAS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO-NULIDADE DE OFÍCIO-MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA-RETORNO DOS AUTOS À COMARCA DE ORIGEM - SENTENÇA ANULADA. É nula a sentença proferida em ação de usucapião quando não oportunizado aos entes públicos manifestar seu interesse na causa, excluindo sua participação, em afronta à regra do art. 943 do CPC, a qual inclusive pode ser decretada até de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição, por se tratar de matéria de ordem pública. (Ap 104698/2014, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 20/05/2015, Publicado no DJE 26/05/2015) 3. Assim, evitando posterior alegação de nulidade, INTIMEM-SE, via postal, para que manifestem se têm interesse na causa os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado, e do Município, na forma do art. 943 do CPC. Remetam-se cópias da inicial e documentos. 4. FIXO o prazo de 10 (dez) dias para manifestação. 5. Aproveitando o ensejo, CITEM-SE por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos. 6. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Eu, Roberto Araujo Sousa - mat. 8160 -, digitei. Barra do Garças - MT, 25 de setembro de 2015. **Vanessa Faria de Freitas** - Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

EDITAL DE CITAÇÃO. PROCESSO DE EXECUÇÃO. PRAZO: 20 DIAS. AUTOS N. 1692-74.2013.811.0041 CÓD.795360. AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. EXEQUENTE(S): COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO CENTRO NORTE DE MT EXECUTADO(A,S): EDIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO CITANDO(A,S): Edimar Rodrigues de Araújo, Cpf: 04294147148 DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 18/01/2013 VALOR DO DÉBITO: R\$ 21.214,24. FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado (a, s) acima qualificado(a,s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 03 (três) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. RESUMO DA INICIAL: Trata-se de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, interposta pelo Banco, por força do "contrato de Crédito Bancário nºb22130226- 1", firmado em 26/03/2012, sendo autorizado o crédito em favor do executado a importância de R\$15.220,00 (quinze mil, duzentos e vinte reais) ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a,s) o(a, s) executado(a,s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 15 (quinze) dias para opor(oporem) embargos. Eu, digitei. Cuiabá/MT, 28 de maio de 2015. Deivison Figueiredo Pintel. Gestor Judiciário. Autorizado pelo Provimento nº 56/2007-CGJ.

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CUIABÁ - MT JUÍZO DA QUARTA VARA ESPECIALIZADA DIREITO BANCÁRIO EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS AUTOS N.º 10957-47.2006.811.0041 - CÓDIGO 242445. ESPÉCIE: BUSCA E APREENSÃO. PARTE AUTORA: BANCO FINASA S/A. PARTE RÉ: VANDER DE SOUZA PACHECO. CITANDO: VANDER DE SOUZA PACHECO, brasileiro, portador do CPF nº 277.429.031-72. DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 20/06/2006. VALOR DA CAUSA: R\$18.247,56 FINALIDADE: Citação do requerido Vander de Souza Pacheco, acima qualificado, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da presente ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15(quinze) dias, contados da expiração do prazo deste edital, apresentar resposta, querendo, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na peça vestibular, bem como sua intimação da decisão liminar que deferiu a busca e apreensão do bem abaixo descrito. RESUMO DA INICIAL: O requerente celebrou com o requerido um contrato no valor de R\$28.643,04 (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais e quatro centavos), importância que deveria ser paga em 48 parcelas mensais e consecutivas de R\$596,73 cada uma, vencendo-se a primeira parcela em 18/02/2006 e a última em 18/01/2010. Em decorrência do contrato firmado entre as partes, o requerido, como garantia das obrigações assumidas, alienou fiduciariamente ao requerente o seguinte bem: veículo marca Volkswagen, ano 2001/2001, Gol 16v Power-branca, placa MTM-1833, chassi 9BWCA05X61P072285. Entretanto, o requerido está inadimplente a partir do vencimento nº 01, ocorrido em 18/02/2006, acarretando, conseqüentemente o vencimento antecipado de todas as obrigações contratuais. DESPACHO: Vistos etc. Tendo em vista o teor da certidão do oficial de justiça de fl. 71, defiro o pedido de fl. 72. Cite-se o requerido, por edital, nos termos do art. 231 do Código de Processo Civil, com prazo de 30 (trinta) dias. Cumpra-se. Servindo a publicação desta decisão como intimação. Cuiabá, 25/03/2015. Paulo de Toledo Ribeiro Júnior. Juiz de Direito. Cuiabá - MT, 5 de outubro de 2015. Gesinéli Rodrigues Leite e Campos Analista Judiciário